



INQUIETAÇÃO

Carlos Garcia, Presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.

Correio da Manhã, 15 de Junho de 2014

Foram chumbados pelo TC os cortes salariais na função pública. Porém, não esqueçamos que só o contido e paciente exercício interpretativo por parte daquele Tribunal, que sucessivamente esterilizou as consequências da declaração de inconstitucionalidade dessas normas, permitiu o continuado confisco de rendimento a que têm vindo a ser sujeitos os funcionários públicos. Sinais que o Governo ignorou ao agravar esses cortes em 2014!

Rápidos e cegos na reação, ignorando o próprio argumento de primeiro ter de conhecer as consequências financeiras do Acórdão para depois decidir, não tiveram escrúpulos em recuperar uma solução "socrática", que tanto criticaram, para mais uma vez ludibriarem decisões legítimas.

Os servidores do estado estão a ser alvo de uma perseguição sem precedentes por parte deste Governo, que os utiliza agora como meros instrumentos de afronta ao TC!

O que o PM designou como "desassossego constitucional", tem sido, isso sim, um "desassossego governativo", ao ponto de se tornar impossível saber qual o salário que se receberá no final de cada mês!